

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital
por ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615
091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.01.16 08:57:57 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A			CNPJ		30.822.936/0001-69		
Endereço		Praça XV de Novembro, 20. 2ª e 3ª Andares - Rio de Janeiro - RJ			Data Constituição		15/05/1986		
E-mail (s)		bbdtvm@bb.com.br			Telefone (s)		(021) 3808 -7500		
Data do registro na CVM		13/08/1990		Categoria (s)		Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN		13/08/1990		Categoria (s)		Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim				Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?				Sim				Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim				Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim				Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim				Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?				Sim				Não	
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"						Art. 8º, II	
		Art. 7º, I, "c"						Art. 9º, I	
		Art. 7º, III, "a"						Art. 9º, II	
		Art. 7º, III, "b"						Art. 9º, III	
		Art. 7º, IV						Art. 10, I	
		Art. 7º, V, "a"						Art. 10, II	
		Art. 7º, V, "b"						Art. 10, III	
		Art. 7º, V, "c"						Art. 11	
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					25.078.994/0001-90		28/12/2023		
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					35.292.588/0001-89		28/12/2023		
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP					44.345.473/0001-04		28/12/2023		
BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP					10.418.362/0001-50		28/12/2023		
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO					13.077.415/0001-05		28/12/2023		
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					13.322.205/0001-35		28/12/2023		
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP					03.543.447/0001-03		28/12/2023		
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					13.327.340/0001-73		28/12/2023		
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					07.861.554/0001-22		28/12/2023		
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					07.442.078/0001-05		28/12/2023		
BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					14.964.240/0001-10		28/12/2023		
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					11.328.882/0001-35		28/12/2023		
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO					07.111.384/0001-69		28/12/2023		
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP					13.077.418/0001-49		28/12/2023		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							28/12/2023		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.☑							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.☑							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.☑							
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão		Compatível com a categoria que o investimento pertence.☑							

Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 1,36 trilhão de reais sob sua administração entre todos os segmentos geridos.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios. Apta a venda de TPF ao RPPS.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020	Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 08:57:13 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053	Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:12:39 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:34:30 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024	Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:52:04 -03'00'

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO						
Número do Termo de Análise de Credenciamento Número do Processo (Nº protocolo ou processo)						
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS						
Ente Federativo					CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS					CNPJ	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA		ADMINISTRADOR	x	GESTOR	x	
Razão Social	BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.			CNPJ	30.822.936/0001-69	
Endereço	Avenida República do Chile, Torre Oeste, 7º e 8º andares			Data Constituição	15/05/1986	
E-mail (s)	bbasset.distrigoverno@bb.com.br			Telefone (s)	21 3808-7501	
Data do registro na CVM	13/08/1990	Categoria (s)	Administração de Cartejas			
Data do registro no BACEN	27/05/1986	Categoria (s)	Sociedade Distribuidora de TVM			
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail		Telefone	
Marcelo Amorim Cerqueira		Assessor	amorimarcelo@bb.com.br		21 3808-7769	
Luana Bergamini Balieiro		Assessor	luana@bb.com.br		21 3808-7544	
Vera Lucia Gardini		Assessora	vera.gardini@bb.com.br		11 4298-7544	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?			Sim	x	Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?			Sim	x	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?			Sim	x	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?			Sim	x	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?			Sim	x	Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?			Sim	x	Não	
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:						
	Art. 7º, I, "b"			Art. 8º, II		
	Art. 7º, I,"c"			Art. 9º, I		
	Art. 7º, III,"a"			Art. 9º, II		
	Art. 7º, III,"b"			Art. 9º-, III		
	Art. 7º, IV			Art. 10, I		
	Art. 7º, V,"a"			Art. 10, II		
	Art. 7º, V,"b"			Art. 10, III		
	Art. 7º, V,"c"			Art. 11		
	Art. 8º, I					
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:			CNPJ		Data da Análise	
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO						
Estrutura da Instituição	Vide organograma da BB Asset: https://www.bb.com.br/docs/portals/dtvm/organograma.pdf?pk_vid=9c586b7032ddb5ea16697289219dd91f					
Segregação de Atividades	A maioria dos fundos sob gestão da Asset contrata o Banco do Brasil para a prestação dos serviços de distribuição, controladoria e custódia. Estes serviços são executados pela Diretoria de Operações – DIOPE - e estão definidos em contratos com modelagem padronizada pela ANBIMA. Em casos específicos, por definição dos clientes (FIs e FICFIs), são utilizados serviços de terceiros.					
Qualificação do corpo técnico	Vide Sessão III do Questionário ANBIMA de Due Diligente para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros , disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/ Clique em "Questionário"					
Histórico e experiência de atuação	A BB Asset Management é especialista na gestão de recursos de terceiros e na administração dos fundos de investimento dos clientes do Banco do Brasil. A empresa iniciou suas atividades em 1986 e desde 1994 é líder da indústria nacional de fundos de investimento e carteiras administradas, com patrimônio superior a R\$ 1,5 trilhão. É líder em gestão de fundos para clientes RPPS, com R\$ 83 bilhões geridos e mais de 2 mil clientes deste segmento.					
Principais Categorias e Fundos ofertados	Principais categorias: Renda Fixa, Renda Variável, Multimercado, Fundo de Índices e Fundos de Investimento no Exterior. Os fundos ofertados para os clientes RPPS, em conformidade com a Resolução 4963, estão disponíveis no link: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/ clikando em: Questionário ANBIMA Anexo I .					
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Os fundos administrados e geridos pela BB Asset podem ser submetidos a diversos fatores de riscos, como por exemplo: Risco de Liquidez, Risco de Mercado (Taxa de Juros, Ações), Risco de Concentração, entre outros. Os fatores de risco que cada fundo está submetido podem ser consultados no regulamento dos mesmos na parte Fatores de Risco.					
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	A BB Asset é aderente ao Código de Ética do Banco do Brasil, que está disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/etica-e-integridade/eteca/#/ A BB Asset também possui as Diretrizes Éticas Profissionais, documento disponível aqui: https://www.bb.com.br/docs/portals/dtvm/codigoetica.pdf?pk_vid=9c586b7032ddb5ea166974396bf7832					

Regularidade Fiscal e Previdenciária	As certidões de Regularidade Fiscal e Previdenciária da BB Asset estão disponíveis no Auto Atendimento Setor Público do BB ou em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/
Volume de recursos sob administração/gestão	Patrimônio sob gestão (Nacional) R\$ 1.500.382,29 milhões; Patrimônio sob gestão (Global): R\$ 1.500.382,29 milhões; Patrimônio sob gestão (RPPS): R\$ 83.574,63 milhões; Fonte: SITE ANBIMA - Ranking Global de Gestão de Recursos de Terceiros – Outubro/2023.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A rentabilidade dos fundos pode ser consultado no arquivo "Desempenho dos Fundos", disponível no Auto Atendimento Setor Público ou no site da BB Asset: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/fundos#/
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	O Questionário ANBIMA de Due Diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros com as informações da BB Asset está disponível no Auto Atendimento Setor Público e neste link: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-asset/informacao-aos-investidores#/
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

--

Local:			Data
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura



CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que “A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.





Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinado Eletronicamente
Anaparecida Vieira de Paula
Gerente Executiva

Assinado Eletronicamente
Isaac Marcovistz
Gerente Executivo

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



DECLARAÇÃO

A **BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, constituída sob a forma de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.822.936/0001-69, com sede na Avenida República do Chile, 330, Torre Oeste, 7º e 8º andares - Centro — Rio de Janeiro — RJ CEP 20031-170, autorizada a exercer a atividade de Administração de Carteira de Valores Mobiliários nos termos do Ato Declaratório nº 1481, de 13 de agosto de 1990, declara que:

- a) Os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimento, cujos RPPS estejam incluídos como Público-Alvo, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, e outras que entrarem em vigor futuramente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) Não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, consoante o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
- c) Não se encontra impedida, nem suspensa, nem foi declarada inidônea para participar de licitações, ou contratar com o Poder Público. Informará, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo ou suspensivo da manutenção do Credenciamento.
- d) Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social — RPPS.
- e) Inexistem suspensões, inabilitações ou condenações pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e BACEN - Banco Central do Brasil, nos últimos 5 anos, e está ciente da obrigatoriedade de notificar qualquer ocorrência posterior.
- f) É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.
- g) Possui compliance atuante.
- h) As informações contidas nos documentos apresentados para credenciamento no presente Edital são verdadeiras e autênticas.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2023.

Assinado Eletronicamente
Carolina Correa de Albuquerque
Gerente Executiva

Assinado Eletronicamente
Isaac Marcovistz
Gerente Executivo

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		Banrisul SA Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio			CNPJ		93.026.847/0001-26		
Endereço		Rua Caldas Junior, 108, 4º Andar, Centro, Poa, RS			Data Constituição		26/07/1971		
E-mail (s)		banrisul_corretora_recursos_terceiros@banrisul.com.br			Telefone (s)		51 3215 1423		
Data do registro na CVM		26/03/2015		Categoria (s)		Administrador de Carteira de Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN		26/07/1971		Categoria (s)		Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim				Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?					Sim				Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim				Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim				Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim				Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?					Sim				Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP					21.743.480/0001-50		28/12/2023		
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA					21.007.180/0001-03		28/12/2023		
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA					18.466.245/0001-74		28/12/2023		
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP					04.828.795/0001-81		28/12/2023		
BANRISUL FOCO IMA-B FI RENDA FIXA LP					16.844.890/0001-58		28/12/2023		
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP					16.844.885/0001-45		28/12/2023		
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL III FI RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP					11.311.863/0001-04		28/12/2023		
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP					11.311.874/0001-86		28/12/2023		
BANRISUL RPPS FI RENDA FIXA					46.521.007/0001-50		28/12/2023		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							28/12/2023		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Corpo técnico devidamente especializado e com tempo de experiência.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão		Compatível com a categoria que o investimento pertence.							
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro		Nada Consta (Ambima/CVM/BCB).							
Regularidade Fiscal e Previdenciária		De acordo.							

Volume de recursos sob administração/gestão	Fundos de Investimento: R\$ 10.061.927.191,48. Carteiras Administradas: R\$ 4.132.902.344,56.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	-

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA). Trata-se de uma instituição Estatal com histórico e experiência necessária, com atuação mais forte no sul do país e tanto os fundos de investimentos ofertados como os Ativos que o RPPS já investe nesta instituição estão de acordo com as normas reguladoras do mercado destinado aos Regime Próprio de Previdência Privada.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020	Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 08:56:08 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053	Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:14:10 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:31:48 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024	Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:52:37 -03'00'

CRENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR E INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e do art. 104 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão, no processo de credenciamento das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento, efetuar a análise e credenciamento do distribuidor e instituição integrante do sistema de distribuição, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso das distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, devem estar em conformidade com a Resolução CVM 35, de 26/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo de credenciamento do distribuidor com os requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS.

A título de orientação, no termo de credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

ROSMARI

ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital por

ROSMARI

ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO

MOCELLIN:54922615091

Assinado de forma digital por

NILTON ANTONIO

MOCELLIN:54922615091

Dados: 2024.01.16 09:04:30 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

CESAR

CAMBRUZZI:43599400091

Assinado de forma digital por CESAR

CAMBRUZZI:43599400091

Dados: 2024.01.25 15:28:53 -03'00'

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA									
Razão Social		Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.			CNPJ		92.702.067/0001-96		
Endereço		Rua Capitão Montanha, 177, 4º Andar, Centro, POA, RS			Data Constituição		12/09/1928		
E-mail (s)		governos_prefeituras@banrisul.com.br			Telefone (s)		51 3215 1531		
Data do registro na CVM		28/01/2005		Categoria (s)		Administrador de Carteira de Valores Mobiliários			
Controlador/ Grupo Econômico		Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.92.702.067/0001-96			CNPJ		92.702.067/0001-96		
Principais contatos com RPPS		Cargo		E-mail		Telefone			
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?				Sim				Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim				Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim				Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim				Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim				Não	
Documentos disponibilizados em site		Sim		Não		Página Internet		https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw04hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=3641	
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO									
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):			CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN			Data Início Do Fundo	
TODOS OS FUNDOS QUE A INSTITUIÇÃO DISPONIBILIZA PARA RPPS, ATENDENDO A LEGISLAÇÃO E QUE ATENDA A ESTRATÉGIA, POLÍTICA DE INVESTIMENTO E PERFIL DE INVESTIDOR DO RPPS. CADA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUE O RPPS INVESTIR RECEBERÁ UMA CRITERIOSA ANÁLISE POR PARTE DOS GESTORES DO RPPS, EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO E REGRAS VIGENTES.									
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):									
IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS									
Nome/Razão Social			CNPJ do Fundo		Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)			Data do Instrumento Contratual	
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):									
INSTITUIÇÃO BANCÁRIA									
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Corpo técnico devidamente especializado e com tempo de experiência.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro		Nada Consta (Ambima/CVM/BCB).							
Regularidade Fiscal e Previdenciária		De acordo.							
Volume de ativos sob sua gestão		Fundos de Investimento: R\$ 10.061.927.191,48. Carteiras Administradas: R\$ 4.132.902.344,56.							

Outros critérios de análise			
VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO			
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA). Trata-se de uma instituição Estatal com histórico e experiência necessária, com atuação mais forte no sul do país e tanto os fundos de investimentos ofertados como os Ativos que o RPPS já investe nesta instituição estão de acordo com as normas reguladoras do mercado destinado aos Regime Próprio de Previdência Privada.			
Local:		Data	
VIII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020  Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091  Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 08:54:31 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053  Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:15:40 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017  Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:32:43 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024  Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:53:41 -03'00'

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

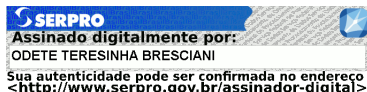
Assinado de forma digital
por ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615
091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.01.16 08:55:18 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91



TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		Bradesco Asset Management			CNPJ		62.375.134/0001-44		
Endereço		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3950 - 3º andar - - Itaim Bibi - São Paulo - SP			Data Constituição		1968		
E-mail (s)		bram@bram.bradesco.com.br			Telefone (s)		(11) 3847-5177		
Data do registro na CVM		06/12/1993		Categoria (s)		Gestor de Carteira			
Data do registro no BACEN		11/10/1968		Categoria (s)		Gestor			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim		Não		
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?					Sim		Não		
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim		Não		
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim		Não		
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim		Não		
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?					Sim		Não		
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI					03.256.793/0001-00		14/10/2024		
BRADESCO H TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP					00.885.762/0001-12		14/10/2024		
BRADESCO IDKA 2 FIC RENDA FIXA IPCA					44.273.776/0001-50		14/10/2024		
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA					24.022.566/0001-82		14/10/2024		
BRADESCO INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP					44.315.854/0001-32		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO					13.401.238/0001-70		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA					20.216.216/0001-04		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA					13.400.077/0001-09		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA					08.702.798/0001-25		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA					10.986.880/0001-70		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL FIC RENDA FIXA					08.246.318/0001-69		14/10/2024		
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					11.484.558/0001-06		14/10/2024		
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI					03.399.411/0001-90		14/10/2024		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							14/10/2024		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.☑							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.☑							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.☑							
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão		Compatível com a categoria que o investimento pertence.☑							

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		Banco Bradesco S.A.			CNPJ		60.746.948/0001-12		
Endereço		Núcleo Cidade de Deus, S/N - Prédio Vermelho - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP			Data Constituição		02/03/1943		
E-mail (s)		fundos@bradesco.com.br			Telefone (s)		(11) 2178-6540		
Data do registro na CVM		10/12/1992		Categoria (s)		Administrador de Carteiras e Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN		30/08/1989		Categoria (s)		Administrador de Carteiras e Valores Mobiliários			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim		Não		
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?					Sim		Não		
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim		Não		
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim		Não		
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim		Não		
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?					Sim		Não		
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI					03.256.793/0001-00		14/10/2024		
BRADESCO H TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP					00.885.762/0001-12		14/10/2024		
BRADESCO IDKA 2 FIC RENDA FIXA IPCA					44.273.776/0001-50		14/10/2024		
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA					24.022.566/0001-82		14/10/2024		
BRADESCO INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP					44.315.854/0001-32		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO					13.401.238/0001-70		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA					20.216.216/0001-04		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA					13.400.077/0001-09		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA					08.702.798/0001-25		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA					10.986.880/0001-70		14/10/2024		
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL FIC RENDA FIXA					08.246.318/0001-69		14/10/2024		
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					11.484.558/0001-06		14/10/2024		
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI					03.399.411/0001-90		14/10/2024		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							14/10/2024		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável							
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão		Compatível com a categoria que o investimento pertence							

Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.
Volume de recursos sob administração/gestão	Mais de R\$ 32 bilhões sob gestão de recursos oriundos de RPPS.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE: 63643820020	
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053	
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	Documento assinado digitalmente	



PATRICK VANZO
Data: 23/10/2024 22:29:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI ANGONEZE
63643820020

Assinado digitalmente por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
Dire: CN=BR, OU=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
*RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=04765785000144,
*OU=presencial, CN=ROSMARI ANGONEZE:63643820020
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.10.24 15:07:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO
MOCELLIN:5492261
5091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.10.24 13:30:59 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

**ROSMARI
ANGONEZE:
63643820020**

Assinado digitalmente por ROSMARI ANGONEZE 63643820020
DN: C=BR, O=(CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=04765785000144, OU=presencial, CN=ROSMARI ANGONEZE-63643820020
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.10.24 15:12:47-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

**NILTON ANTONIO
MOCELLIN:549226
15091**

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.10.24 13:31:42
-03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA					ADMINISTRADOR		GESTOR		
Razão Social		Caixa DTVM			CNPJ		42.040.639/0001-40		
Endereço		Avenida Paulista, 2300 - 11º andar - - Bela Vista - São Paulo - SP			Data Constituição		14/04/2021		
E-mail (s)		ditvm@caixa.gov.br			Telefone (s)		(11) 3572-4600		
Data do registro na CVM		31/08/2021		Categoria (s)		Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN				Categoria (s)					
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim				Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?					Sim				Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim				Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim				Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim				Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?					Sim				Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º-, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					05.164.358/0001-73		28/12/2023		
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP					35.536.532/0001-22		28/12/2023		
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA					14.508.643/0001-55		28/12/2023		
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP					03.737.206/0001-97		28/12/2023		
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA					23.215.097/0001-55		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					14.386.926/0001-71		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					11.060.913/0001-10		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.577.503/0001-88		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.740.658/0001-93		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					11.061.217/0001-28		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					10.740.670/0001-06		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.577.519/0001-90		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					14.508.605/0001-00		28/12/2023		
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA					23.215.008/0001-70		28/12/2023		
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					05.164.356/0001-84		28/12/2023		
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP					10.646.895/0001-90		28/12/2023		
CAIXA PRÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO					00.834.074/0001-23		28/12/2023		
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					05.164.364/0001-20		28/12/2023		
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					20.139.595/0001-78		28/12/2023		
CAIXA BRASIL 2027 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					50.642.114/0001-03		28/12/2023		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							28/12/2023		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Gestora de recursos da Caixa Econômica Federal, uma das maiores gestoras do mercado nacional e conta com os anos de experiência de CEF.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							

Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	Nada conste que desabone.
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$743.498.946,85 era o patrimônio total administrado ao final do ano de 2021, sendo R\$257.174.778,36 exclusivamente de RPPS no mesmo período.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:
Gestora pertence ao grupo da Caixa Econômica Federal, obteve as autorizações necessárias da CVM e BC. Desta maneira estamos credenciando a gestora, apesar de não participar da Lista Exaustiva divulgada pela SPREV, pois, conforme divulgado pela CEF, a CAIXA DTVM terá o direito de exclusividade na gestão de recursos dos veículos de investimento em que a Caixa é administradora, fiduciária e distribuidora.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020	Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 08:58:47 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53		VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.16 10:55:44 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:38:28 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024	Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:47:34 -03'00'

TIAGO RICARDO DE CAMARGO DORNELES:00183548078

Assinado de forma digital por TIAGO RICARDO DE CAMARGO DORNELES:00183548078
Dados: 2024.02.09 15:13:10 -03'00'

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital
por ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922
615091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.01.16 08:51:09 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

TIAGO RICARDO DE
CAMARGO
DORNELES:00183548078

Assinado de forma digital por
TIAGO RICARDO DE CAMARGO
DORNELES:00183548078
Dados: 2024.02.09 15:18:16 -03'00'

Caixa Econômica Federal

VANDERLEY CESAR
CASASOLA:69331545053

Assinado de forma digital por
VANDERLEY CESAR
CASASOLA:69331545053
Dados: 2024.01.19 10:05:32 -03'00'

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		Caixa Econômica Federal			CNPJ		00.360.305/0001-04		
Endereço		AV. PAULISTA 2300 – 11 ANDAR– São Paulo/SP			Data Constituição		03/02/1971		
E-mail (s)		geico@caixa.gov.br			Telefone (s)		(11) 3572-4600		
Data do registro na CVM		04/01/1995		Categoria (s)		Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN		21/07/1964		Categoria (s)		Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?					Sim				Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?					Sim				Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?					Sim				Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?					Sim				Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?					Sim				Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?					Sim				Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º-, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					05.164.358/0001-73		28/12/2023		
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP					35.536.532/0001-22		28/12/2023		
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA					14.508.643/0001-55		28/12/2023		
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP					03.737.206/0001-97		28/12/2023		
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA					23.215.097/0001-55		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					14.386.926/0001-71		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					11.060.913/0001-10		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.577.503/0001-88		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.740.658/0001-93		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					11.061.217/0001-28		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					10.740.670/0001-06		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					10.577.519/0001-90		28/12/2023		
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					14.508.605/0001-00		28/12/2023		
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA					23.215.008/0001-70		28/12/2023		
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					05.164.356/0001-84		28/12/2023		
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP					10.646.895/0001-90		28/12/2023		
CAIXA PRÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO					00.834.074/0001-23		28/12/2023		
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP					05.164.364/0001-20		28/12/2023		
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					20.139.595/0001-78		28/12/2023		
CAIXA BRASIL 2027 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA					50.642.114/0001-03		28/12/2023		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							28/12/2023		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							

Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$743.498.946,85 era o patrimônio total administrado ao final do ano de 2021, sendo R\$257.174.778,36 exclusivamente de RPPS no mesmo período.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.
Apta a venda de TPF ao RPPS.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020	Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 09:00:32 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053	Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:06:55 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:38:57 -03'00'
			PATRICK VANZO:01641807024	Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:49:14 -03'00'

TIAGO RICARDO DE CAMARGO
DORNELES:00183548078

Assinado de forma digital por TIAGO RICARDO DE CAMARGO DORNELES:00183548078
Dados: 2024.02.09 15:12:02 -03'00'

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI

ANGONEZE:6364382002

0

Assinado de forma digital
por ROSMARI

ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO

MOCELLIN:5492261

5091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO

MOCELLIN:54922615091

Dados: 2024.01.16 08:59:38

-03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

TIAGO RICARDO DE
CAMARGO

DORNELES:00183548078

Assinado de forma digital por
TIAGO RICARDO DE CAMARGO
DORNELES:00183548078

Dados: 2024.02.09 15:10:25 -03'00'

Caixa DTVM

VANDERLEY CESAR

CASASOLA:693315

45053

Assinado de forma digital por
VANDERLEY CESAR

CASASOLA:69331545053

Dados: 2024.01.19 09:49:44

-03'00'

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				
Número do Termo de Análise de Credenciamento				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE ARATIBA	CNPJ	87.613.469/0001-84	
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM	CNPJ	12.911.655/0001-09	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA		ADMINISTRADOR		GESTOR
Razão Social	Banco Cooperativo Sicredi S.A.		CNPJ	01.181.521/0001-55
Endereço	Av. Assis Brasil, nº 3.940 – Torre C - 12º andar – São Sebastião – Porto Alegre - RS		Data Constituição	16/10/1995
E-mail (s)	diretoria_banco@sicredi.com.br		Telefone (s)	(51) 3358-4700
Data do registro na CVM	14/11/2016	Categoria (s)	Administrador de Carteira de Valores Mobiliários	
Data do registro no BACEN	14/11/2016	Categoria (s)	Administrador de Carteira de Valores Mobiliários	
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?		Sim		Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?		Sim		Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim		Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim		Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim		Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?		Sim		Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:				
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II	
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I	
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II	
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III	
	Art. 7º, IV		Art. 10, I	
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10, II	
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10, III	
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11	
	Art. 8º, I			
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:		CNPJ	Data da Análise	
SICREDI INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO IRF-M LP		13.081.159/0001-20	28/12/2023	
SICREDI INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO IRF-M 1		19.196.599/0001-09	28/12/2023	
SICREDI INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP		11.087.118/0001-15	28/12/2023	
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI		24.634.187/0001-43	28/12/2023	
SICREDI TAXA SELIC FIC RENDA FIXA LP		07.277.931/0001-80	28/12/2023	
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.			28/12/2023	
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO				
Estrutura da Instituição	De acordo.☑			
Segregação de Atividades	Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.☑			
Qualificação do corpo técnico	Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.			
Histórico e experiência de atuação	Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.			
Principais Categorias e Fundos ofertados	Renda Fixa e Renda Variável.☑			
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.☑			
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.			
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.			
Volume de recursos sob administração/gestão	Mais de R\$ 78 bilhões sob gestão de recursos oriundos de RPPS.			

Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.		
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.		
Outros critérios de análise			

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

Local:		Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020 Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 08:53:26 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:10:56 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:35:29 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024 Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:49:57 -03'00'

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Zanin e Eduarda Ariele Menegatti.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1A25-4868-C98D-BB46.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1A25-4868-C98D-BB46> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1A25-4868-C98D-BB46



Hash do Documento

D7F45DF6E2F213B8A1C6DA0DC1EEB5902B7F19BED745FB66C32C3CE32E89036F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

- ☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em
26/01/2024 13:56 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -
023.706.640-88 em 26/01/2024 13:55 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



CRENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR E INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e do art. 104 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão, no processo de credenciamento das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento, efetuar a análise e credenciamento do distribuidor e instituição integrante do sistema de distribuição, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso das distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, devem estar em conformidade com a Resolução CVM 35, de 26/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo de credenciamento do distribuidor com os requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS.

A título de orientação, no termo de credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

ROSMARI

ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital por

ROSMARI

ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO

MOCELLIN:549226150

Assinado de forma digital por

NILTON ANTONIO

MOCELLIN:54922615091

91

Dados: 2024.01.16 09:02:56 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

Banco Cooperativo Sicredi

Este documento foi assinado digitalmente por Eduarda Ariele Menegatti e Adriano Zanin.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código D12E-89D0-0ACF-EA19.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D12E-89D0-0ACF-EA19> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D12E-89D0-0ACF-EA19



Hash do Documento

194DC806C54987EBD7BF1270F5C3C590753E5629B5508D627D9FFD9562222D1F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -

023.706.640-88 em 26/01/2024 14:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em

26/01/2024 13:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA									
Razão Social		Banco Cooperativo Sicredi			CNPJ		01.181.521/0001-55		
Endereço		Avenida Assis Brasil, 3940 – São Sebastião – Porto Alegre - RS			Data Constituição		16/10/1995		
E-mail (s)		Secretaria_geral_cas@sicredi.com.br			Telefone (s)		51 3358-4700		
Data do registro na CVM		14/11/2016		Categoria (s)		Administrador de Carteira de Valores Mobiliários			
Controlador/ Grupo Econômico		Banco Cooperativo Sicredi			CNPJ		01.181.521/0001-55		
Principais contatos com RPPS		Cargo		E-mail		Telefone			
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?				Sim		Não			
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim		Não			
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim		Não			
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim		Não			
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim		Não			
Documentos disponibilizados em site		Sim		Não		Página Internet			
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO									
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):			CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN		Data Início Do Fundo		
TODOS OS FUNDOS QUE A INSTITUIÇÃO DISPONIBILIZA PARA RPPS, ATENDENDO A LEGISLAÇÃO E QUE ATENDA A ESTRATÉGIA, POLÍTICA DE INVESTIMENTO E PERFIL DE INVESTIDOR DO RPPS. CADA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUE O RPPS INVESTIR TAMBÉM TERÁ UM TERMO DE CREDENCIAMENTO E SUAS EXIGÊNCIAS.									
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):									
IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS									
Nome/Razão Social		CNPJ do Fundo		Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)		Data do Instrumento Contratual			
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):									
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro		É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.							
Regularidade Fiscal e Previdenciária		De acordo.							

Volume de ativos sob sua gestão	Mais de R\$ 78 bilhões sob gestão de recursos oriundos de RPPS.		
Outros critérios de análise			
VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO			
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.			
Local:		Data	
VIII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020 Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 09:02:10 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:16:30 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:36:18 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024 Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:50:42 -03'00'

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/18A7-66A8-0538-16A1> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 18A7-66A8-0538-16A1



Hash do Documento

36D7972DE027839A7657A123FD3635544DCD2992307D71DFFA34143F3FBD04C6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -

023.706.640-88 em 26/01/2024 14:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em

26/01/2024 13:58 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no site da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital por
ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO
MOCELLIN:549226
15091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.01.16 09:05:28
-03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

Sicredi

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Zanin e Eduarda Ariele Menegatti.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6405-F206-450F-9752.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6405-F206-450F-9752> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6405-F206-450F-9752



Hash do Documento

459B48B577CABA18E4B6B2E047BCFE0211A810922D23B5ECE0532E734195DBA3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em
26/01/2024 13:57 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -
023.706.640-88 em 26/01/2024 13:57 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		MUNICÍPIO DE ARATIBA			CNPJ		87.613.469/0001-84		
Unidade Gestora do RPPS		FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO - FPSM			CNPJ		12.911.655/0001-09		
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				ADMINISTRADOR				GESTOR	
Razão Social		Sicredi			CNPJ		03.795.072/0001-60		
Endereço		Avenida Assis Brasil, 3940 - - São Sebastião - Porto Alegre - RS			Data Constituição		28/12/1902		
E-mail (s)		secretaria_geral_cas@sicredi.com.br			Telefone (s)		(51) 3358-4700		
Data do registro na CVM		14/11/2016		Categoria (s)		Gestor de Carteira de Valores Mobiliários			
Data do registro no BACEN		14/11/2016		Categoria (s)		Gestor de Carteira de Valores Mobiliários			
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim				Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?				Sim				Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim				Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim				Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim				Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?				Sim				Não	
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
		Art. 7º, I, "b"				Art. 8º, II			
		Art. 7º, I, "c"				Art. 9º, I			
		Art. 7º, III, "a"				Art. 9º, II			
		Art. 7º, III, "b"				Art. 9º, III			
		Art. 7º, IV				Art. 10, I			
		Art. 7º, V, "a"				Art. 10, II			
		Art. 7º, V, "b"				Art. 10, III			
		Art. 7º, V, "c"				Art. 11			
		Art. 8º, I							
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:					CNPJ		Data da Análise		
SICREDI INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO IRF-M LP					13.081.159/0001-20		28/12/2023		
SICREDI INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO IRF-M 1					19.196.599/0001-09		28/12/2023		
SICREDI INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP					11.087.118/0001-15		28/12/2023		
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI					24.634.187/0001-43		28/12/2023		
SICREDI TAXA SELIC FIC RENDA FIXA LP					07.277.931/0001-80		28/12/2023		
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.							28/12/2023		
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		De acordo.							
Segregação de Atividades		Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.							
Qualificação do corpo técnico		Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.							
Histórico e experiência de atuação		Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.							
Principais Categorias e Fundos ofertados		Renda Fixa e Renda Variável.							
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão		Compatível com a categoria que o investimento pertence.							
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro		É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.							
Regularidade Fiscal e Previdenciária		De acordo.							

Volume de recursos sob administração/gestão	Mais de R\$ 78 bilhões sob gestão de recursos oriundos de RPPS.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

Local:			Data	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura	
ROSMARI ANGONEZE	PRESIDENTE	636.438.200-20	ROSMARI ANGONEZE:63643820020	Assinado de forma digital por ROSMARI ANGONEZE:63643820020
NILTON ANTONIO MOCELLIN	GESTOR	549.226.150-91	NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091	Assinado de forma digital por NILTON ANTONIO MOCELLIN:54922615091 Dados: 2024.01.16 09:03:49 -03'00'
VANDERLEY CESAR CASASOLA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	693.315.450-53	VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053	Assinado de forma digital por VANDERLEY CESAR CASASOLA:69331545053 Dados: 2024.01.19 10:18:48 -03'00'
JOÃO PAULO MUSTIFAGA	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	018.648.270-17	JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017	Assinado de forma digital por JOAO PAULO MUSTIFAGA:01864827017 Dados: 2024.01.16 15:36:52 -03'00'
PATRICK VANZO	COMITÊ DE INVESTIMENTOS	016.418.070-24	PATRICK VANZO:01641807024	Assinado de forma digital por PATRICK VANZO:01641807024 Dados: 2024.01.16 15:51:31 -03'00'

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Zanin e Eduarda Ariele Menegatti.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código B449-A22E-A130-D051.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B449-A22E-A130-D051> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B449-A22E-A130-D051



Hash do Documento

F5A16F51EF6AAD0249689788824DBD1E8EC5B2D27CD29142E3668E1B46E08EC8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

- ☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em
26/01/2024 13:57 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -
023.706.640-88 em 26/01/2024 13:56 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

Assinado de forma digital
por ROSMARI
ANGONEZE:63643820020

ROSMARI ANGONEZE CPF: 636.438.200-20

NILTON ANTONIO
MOCELLIN:5492261
5091

Assinado de forma digital por
NILTON ANTONIO
MOCELLIN:54922615091
Dados: 2024.01.16 09:01:23 -03'00'

NILTON ANTONIO MOCELLIN CPF: 549.226.150-91

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Zanin e Eduarda Ariele Menegatti.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CD0D-C7EA-2E18-8FDA.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CD0D-C7EA-2E18-8FDA> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD0D-C7EA-2E18-8FDA



Hash do Documento

48F3C1DD0F110BF5734FB916E46A71ED1A9BBD0246A2A99D1D3DD28ECBC2A727

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/01/2024 é(são) :

- ☒ Adriano Zanin (Parte - Sicredi Uniestados) - 995.882.260-15 em
26/01/2024 13:56 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Eduarda Ariele Menegatti (Parte - Sicredi Uniestados) -
023.706.640-88 em 26/01/2024 13:55 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

